

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	58
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	59
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	60
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	23.607.847.595
Preferenciais	0
Total	23.607.847.595
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	1.364.730	1.345.462
1.01	Ativo Circulante	114.081	121.419
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.848	2.673
1.01.02	Aplicações Financeiras	67.915	93.262
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	67.915	93.262
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	67.915	93.262
1.01.03	Contas a Receber	14.311	16.759
1.01.03.01	Clientes	14.311	16.759
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.082	5.454
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.082	5.454
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.929	2.018
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.996	1.253
1.01.08.03	Outros	1.996	1.253
1.02	Ativo Não Circulante	1.250.649	1.224.043
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	246.866	282.095
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	209.436	254.838
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	209.436	254.838
1.02.01.06	Tributos Diferidos	37.251	27.018
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	37.251	27.018
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	179	239
1.02.03	Imobilizado	9.628	9.030
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.628	9.030
1.02.04	Intangível	994.155	932.918
1.02.04.01	Intangíveis	994.155	932.918
1.02.04.01.02	Direito de Outorga da Concessão	495.828	501.479
1.02.04.01.03	Direito de Exploração da Infraestrutura	496.887	430.921
1.02.04.01.04	Direito de Uso de Software	1.440	518

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	1.364.730	1.345.462
2.01	Passivo Circulante	45.667	70.990
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.645	3.737
2.01.01.01	Obrigações Sociais	571	531
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.074	3.206
2.01.02	Fornecedores	33.684	22.564
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	33.684	22.564
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.169	2.242
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	996	1.032
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	996	1.032
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.173	1.210
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.123	41.133
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	37.797
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	37.797
2.01.04.02	Debêntures	3.123	3.336
2.01.05	Outras Obrigações	2.075	485
2.01.05.02	Outros	2.075	485
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	232	257
2.01.05.02.05	Outros Passivos	1.843	228
2.01.06	Provisões	971	829
2.01.06.02	Outras Provisões	971	829
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	971	829
2.02	Passivo Não Circulante	1.170.529	1.111.252
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.073.856	1.027.049
2.02.01.02	Debêntures	1.073.856	1.027.049
2.02.02	Outras Obrigações	59.945	47.889
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	57.362	45.191
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	57.362	45.191
2.02.02.02	Outros	2.583	2.698
2.02.02.02.03	Outros Passivos	2.583	2.698
2.02.04	Provisões	36.728	36.314
2.02.04.02	Outras Provisões	36.728	36.314
2.02.04.02.04	Provisões para Demandas Judiciais	1.678	1.678
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	3.010	3.010
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	32.040	31.626
2.03	Patrimônio Líquido	148.534	163.220
2.03.01	Capital Social Realizado	236.078	223.578
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-87.544	-60.358

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	158.920	159.115
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-105.260	-119.838
3.03	Resultado Bruto	53.660	39.277
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.988	-9.220
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.994	-9.294
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-5.994	-9.294
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6	74
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	47.672	30.057
3.06	Resultado Financeiro	-85.091	-49.377
3.06.01	Receitas Financeiras	18.896	7.093
3.06.02	Despesas Financeiras	-103.987	-56.470
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-37.419	-19.320
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	10.233	6.397
3.08.01	Corrente	10.233	6.397
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-27.186	-12.923
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-27.186	-12.923
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00122	-0,00058

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-27.186	-12.923
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	6.165
4.03	Resultado Abrangente do Período	-27.186	-6.758

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	65.711	63.999
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	57.054	53.905
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-27.186	-12.923
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-10.233	-6.397
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	9.573	8.614
6.01.01.04	Variação monetária e reversão do AVP sobre a provisão para investimentos em rodovias	142	307
6.01.01.05	Juros e variações monetárias sobre notas promissórias	91.006	33.214
6.01.01.06	Juros sobre Mútuos com Partes Relacionadas	12.170	1.531
6.01.01.08	Provisão para Manutenção em Rodovias	414	8.549
6.01.01.09	Perda (ganho) não realizada em operação com derivativo	0	20.786
6.01.01.10	Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	29	224
6.01.01.11	Rendimento de Aplicação Financeira	-18.861	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	8.657	10.094
6.01.02.01	Contas a Receber	2.448	3.092
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	150	858
6.01.02.03	Outros Ativos	-743	-542
6.01.02.04	Fornecedores	11.120	9.407
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus Variável	-25	-130
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	-73	-844
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	-92	-130
6.01.02.08	Provisão para Demandas Judiciais - Pagamentos	0	-8
6.01.02.09	Outros Passivos	1.500	-171
6.01.02.10	Tributos a Recuperar	-5.628	-1.438
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	18.171	-76.347
6.02.01	Investimentos no Ativo Imobilizado	-1.434	-91
6.02.02	Investimentos no Ativo Intangível	-70.005	-76.211
6.02.03	Provisão para Investimento em Rodovias - Pagamentos	0	-45
6.02.04	Aplicação Financeira	-1.740	0
6.02.05	Resgate de Aplicações Financeiras	91.350	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-69.707	-30.610
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-44.410	-30.610
6.03.05	Integralização de Capital Social	12.500	0
6.03.06	Pagamento de Empréstimo (Principal)	-37.797	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	14.175	-42.958
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.673	47.951
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.848	4.993

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	223.578	0	0	-60.358	0	163.220
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.578	0	0	-60.358	0	163.220
5.04	Transações de Capital com os Sócios	12.500	0	0	0	0	12.500
5.04.01	Aumentos de Capital	12.500	0	0	0	0	12.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-27.186	0	-27.186
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-27.186	0	-27.186
5.07	Saldos Finais	236.078	0	0	-87.544	0	148.534

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	223.578	0	0	-24.024	-11.372	188.182
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.578	0	0	-24.024	-11.372	188.182
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.923	6.165	-6.758
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-12.923	-4.486	-17.409
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-6.797	-6.797
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.311	2.311
5.05.02.06	Prejuízos Acumulados	0	0	0	-12.923	0	-12.923
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	10.651	10.651
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	16.138	16.138
5.05.03.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-5.487	-5.487
5.07	Saldos Finais	223.578	0	0	-36.947	-5.207	181.424

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	168.308	166.876
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	96.721	88.025
7.01.02	Outras Receitas	71.587	78.851
7.01.02.01	Receita de Serviços de Construção	68.429	77.074
7.01.02.02	Receitas Acessórias	3.158	1.777
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-91.855	-103.693
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-21.900	-23.928
7.02.04	Outros	-69.955	-79.765
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-68.429	-77.074
7.02.04.02	Custo da Concessão - Ônus Variável	-1.526	-2.691
7.03	Valor Adicionado Bruto	76.453	63.183
7.04	Retenções	-9.537	-8.614
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.537	-8.614
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	66.916	54.569
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	18.896	7.093
7.06.02	Receitas Financeiras	18.896	7.093
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	85.812	61.662
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	85.812	61.662
7.08.01	Pessoal	9.309	10.616
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.583	8.824
7.08.01.02	Benefícios	1.726	1.792
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-470	7.820
7.08.02.01	Federais	-5.642	3.387
7.08.02.03	Municipais	5.172	4.433
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	104.159	56.149
7.08.03.02	Aluguéis	983	1.099
7.08.03.03	Outras	103.176	55.050
7.08.03.03.01	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	12.170	1.531
7.08.03.03.02	Perda com instrumentos financeiros derivativos	0	20.305
7.08.03.03.03	Juros e variações monetárias sobre notas promissórias	91.006	33.214
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-27.186	-12.923
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-27.186	-12.923

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

2º Trimestre de 2014

Tópicos	Índice
Destaques	Página 1
Apresentação dos Resultados	Página 2
Sumário Executivo	Página 2
Sobre a Concessão	Página 3
Tarifas e Tráfego	Página 4
Receitas	Página 5
Custos e Despesas	Página 6
EBITDA	Página 7
Resultado Financeiro	Página 8
Principais Obras e Investimentos	Página 10
Responsabilidade Socioambiental	Página 12
Demonstrações Financeiras	Página 13

Relações com Investidores:

Ricardo Jorge Dias de Oliveira

*Diretor Administrativo e Financeiro
e de Relações com Investidores / CFO*

Thiago Jordão Rocha

*Gerente de Controladoria
e de Relações com Investidores*

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

**Email: ri@rodoviasdotiete.com.br
www.rodoviasdotiete.com.br/ri**

DESTAQUES

- **CRESCIMENTO DE 7,37% NO TRÁFEGO EM EIXOS EQUIVALENTES NO ÚLTIMO TRIMESTRE E 9,80% NO ÚLTIMO SEMESTRE .**
- **COBRANÇA DE EIXOS SUSPENSOS**
- **R\$ 90 MILHÕES DE RECEITA LÍQUIDA NO SEMESTRE**



APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

As informações financeiras foram preparadas e são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As informações não contábeis não constituem objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O 1º semestre de 2014 foi marcado por alterações macroeconômicas no Brasil, com a alta na taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (SELIC), passando de 7,90% a.a. no 1º primeiro semestre de 2013 para 10,90% no 1º primeiro semestre de 2014 a.a. e com o índice oficial de inflação do país (IPCA) de 3,75% acumulado no ano de 2014. O Banco Central estima para o ano de 2014 um crescimento de 1,10% do Produto Interno Bruto (PIB).

Mesmo com as incertezas no mercado, a Rodovias do Tietê está expandindo suas operações. O reflexo disso é justificado pelo crescimento de 9,80% no tráfego do primeiro semestre de 2014, em eixos equivalentes, comparado com o mesmo. Porém, esse crescimento não impactou diretamente as receitas da Companhia, visto que em julho de 2013 não foi autorizado pela Artesp o reajuste das tarifas de pedágio, compensada parcialmente pelo início da cobrança do eixos suspensos.

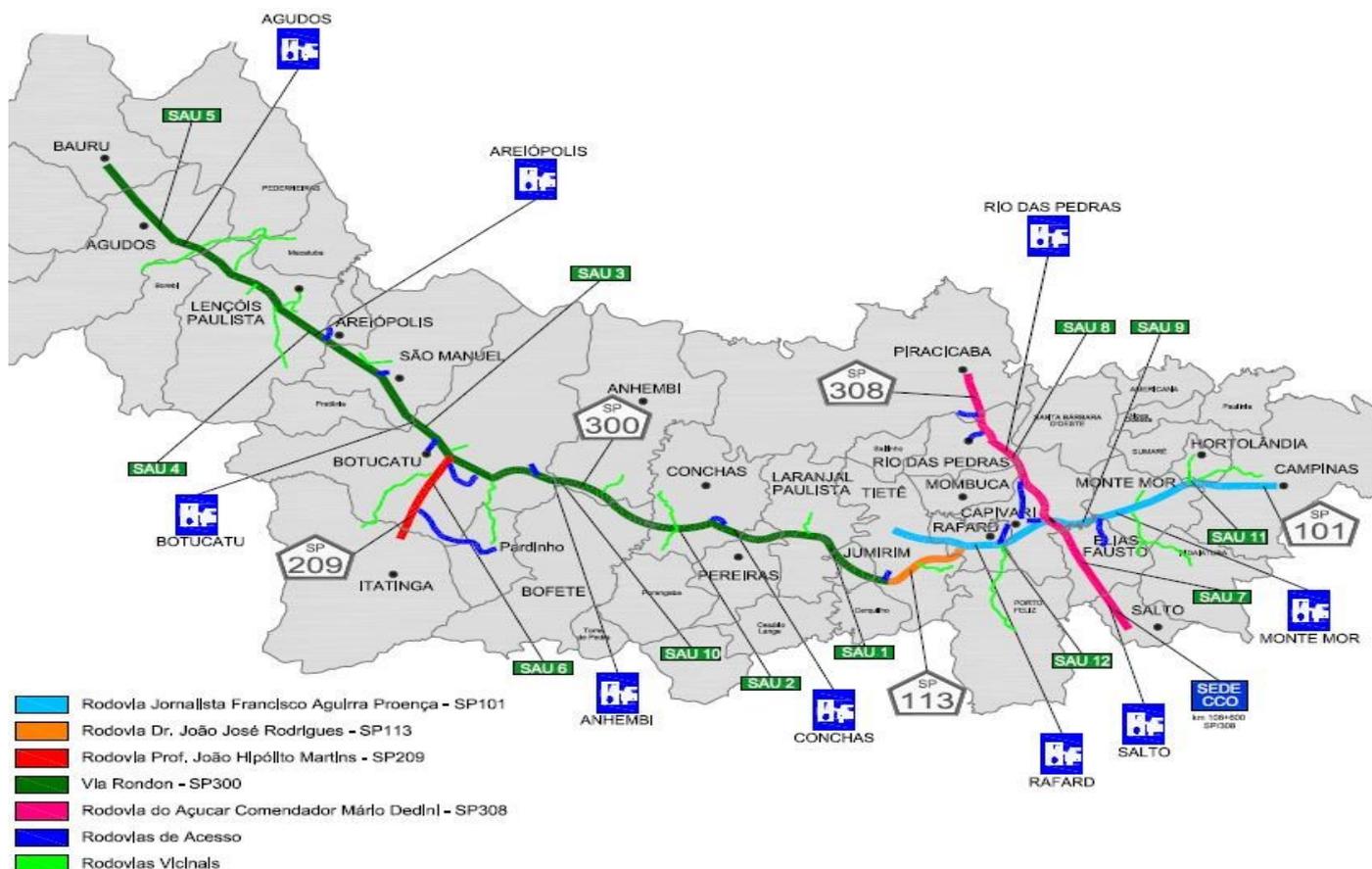
Com relação as principais obras, estão em fase de conclusão o Contorno de Piracicaba, a Duplicação da SP 101 e da SP 308, permitindo um crescimento de tráfego, além de reajustes nas tarifas de pedágio, contribuindo positivamente para os resultados da Concessionária.

SOBRE A CONCESSÃO

Em abril de 2009, a Concessionária Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 1,3Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e a construção dos Contornos de Piracicaba e Maristela que contribuirão com o desenvolvimento econômico da região e proporcionarão mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.



TARIFAS

Em Julho de 2013, não houve reajuste das tarifas de pedágio, sendo compensado em parte pelo início da cobrança de eixos suspensos e pela redução do ônus variável de 3% para 1,5% sobre as receitas.

Praça	Localização	Veículo de Passeio	Eixo Comercial	Motocicletas
1	Monte Mor (SP-101)	R\$ 4,70	R\$ 4,70	R\$ 2,35
2	Rafard (SP -101)	R\$ 3,70	R\$ 3,70	R\$ 1,85
3	Conchas (SP-300)	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 2,50
4	Anhembi (SP-300)	R\$ 5,60	R\$ 5,60	R\$ 2,80
5	Botucatu (SP-300)	R\$ 3,90	R\$ 3,90	R\$ 1,95
6	Areiópolis (SP-300)	R\$ 4,40	R\$ 4,40	R\$ 2,20
7	Agudos (SP-300)	R\$ 4,30	R\$ 4,30	R\$ 2,15
8	Salto (SP-308)	R\$ 2,50	R\$ 2,50	R\$ 1,25
9	Rio das Pedras (SP-308)	R\$ 3,80	R\$ 3,80	R\$ 1,90

TRÁFEGO

- ⇒ Crescimento de 7,37% de Eixos Equivalentes comparando-se o 2º trimestre de 2014 e o 2º trimestre de 2013.
- ⇒ No 2º trimestre de 2014 verifica-se uma transferência no tráfego da CRT, com diminuição de veículos comerciais leves (2 e 3 eixos) e crescimento de veículos comerciais pesados (4 ou mais eixos). Esta transferência tende-se a acentuar com a prática e fiscalização da Lei 12.619 (Estatuto dos Motoristas), que torna o frete de veículos comerciais mais caro devido aos encargos trabalhistas (limite de horas de trabalho), levando as transportadoras a optarem por veículos com maior capacidade de transporte.

Veículos (em eixos equivalentes)	2º Trim. 2014	2º Trim. 2013	Variação (em %)	1º Sem. 2014	2º Sem. 2013	Variação (em %)
Passeio	4.970.699	4.605.887	7,92%	9.889.900	9.328.864	6,01%
Comerciais Leves	2.474.432	2.747.915	-9,95%	4.925.356	5.353.669	-8,00%
Comerciais Pesados	4.383.437	3.662.422	19,69%	8.871.012	6.890.105	28,75%
TOTAL	11.828.568	11.016.224	7,37%	23.686.268	21.572.638	9,80%

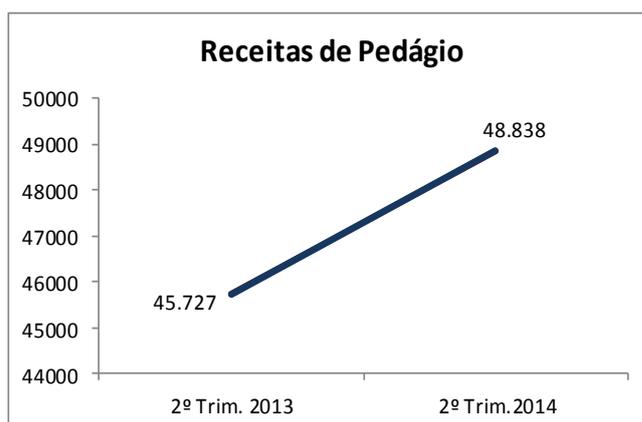
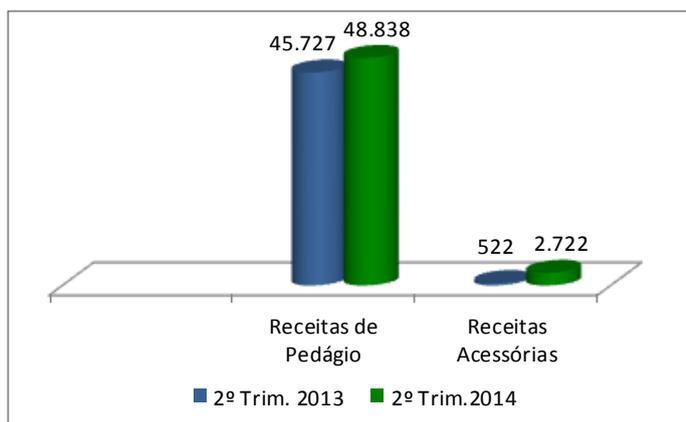
RECEITAS

A Concessionária obteve, no 1º semestre de 2014, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 96.721 mil (R\$ 88.025 mil no mesmo período de 2013). Arrecadou, também, R\$ 3.158 mil no 1º semestre de 2014 (R\$ 1.777 mil no mesmo período de 2013) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISS (5%), PIS (0,65%) e COFINS (3%) totalizando R\$ 9.388 mil no 1º semestre de 2014 e R\$ 7.761 mil no 1º semestre de 2013.

Além disso, atendendo às novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no 1º semestre de 2014, R\$ 68.429 mil de receita de construção contra R\$ 77.074 mil no mesmo período de 2013 com contrapartida nos custos de construção.

De acordo com o CPC30 - Receitas, o reconhecimento da receita dos serviços prestados deve ser feito pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A Concessionária utilizou, para esse fim, margem zero nas receitas oriundas e nos custos incorridos relativos à construção da infraestrutura concedida.

Receitas (em R\$ mil)	2º Trim.2014	2º Trim. 2013	Variação (em %)	1º Sem.2014	1º Sem. 2013	Variação (em %)
Receitas de Pedágio	48.838	45.727	6,80%	96.721	88.025	9,88%
Receitas Acessórias	2.722	522	421,31%	3158	1777	77,72%
Impostos sobre Receitas	-4.542	-3.941	15,25%	-9.388	-7.761	20,96%
Receitas Operacionais	47.017	42.308	11,13%	90.491	82.041	10,30%
Receitas de Construção	36.776	46.647	-21,16%	68.429	77.074	-11,22%
TOTAL	83.793	88.954	-5,80%	158.920	159.115	-0,12%





Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem os dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, gastos com pessoal e o custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e receitas acessórias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	1º Sem. 2014	1º Sem. 2013	Variação (em %)
Com pessoal	(8.352)	(9.774)	-14,55%
Serviços de terceiros	(4.222)	(4.688)	-9,94%
Ônus variável da concessão	(1.526)	(2.691)	-43,29%
Manutenção e conservação	(13.930)	(11.455)	21,61%
Seguros e garantias	(1.870)	(4.087)	-54,25%
Honorários da administração	(957)	(842)	13,66%
Outros	(1.981)	(1.358)	45,88%
Custos e Despesas Operacionais	(32.838)	(34.895)	-5,89%
Depreciação e amortização	(9.573)	(8.614)	11,13%
Custo dos serviços de construção	(68.429)	(77.074)	-11,22%
Serviços de manutenção em rodovias	(414)	(8.549)	-95,16%
Total	(111.254)	(129.132)	-13,84%

No 1º semestre de 2014, houve uma redução de 5,89% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 34.895 mil no 1º semestre de 2013 para R\$ 32.838 mil no 1º semestre de 2014. As principais variações foram:

- ⇒ Seguros e Garantias - 54,25%. Resultante principalmente, da renovação dos seguros e garantias com prêmios menores que 2013, refletindo a maturidade da Concessionária.
- ⇒ Ônus Variável - 43,29%. Resultante, devido à redução do ônus variável de 3%.
- ⇒ Serviços de Terceiros - 9,94%. Prospecção de fornecedores permitiu a otimização dos contratos de terceiros.
- ⇒ Serviço de manutenção em rodovias - 95,16%. Revisão das datas do próximo ciclo de recapeamento, culminando em menores provisões em 2014.



EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado para melhor refletir a geração de caixa da Companhia, ou seja, com a exclusão das provisões para manutenções futuras exigida pelas novas práticas contábeis.

EBITDA (em R\$ mil)	1º Semestre 2014	1º Semestre 2013	Variação (em %)
Resultado Líquido do Período	-27.186	-12.923	110,37%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-10.233	-6.397	59,97%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	85.091	49.377	72,33%
(+/-) Depreciação e Amortização	9.573	8.614	11,13%
EBITDA	57.245	38.671	48,03%
(+/-) Provisão para Manutenções Futuras	414	8.549	-95,16%
EBITDA AJUSTADO	57.659	47.220	22,11%
MARGEM EBITDA AJUSTADO	63,72%	57,56%	6,16 p.p.

No 1º semestre de 2014, houve um aumento de 22,11% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 47.220 mil no 1º semestre de 2013 para R\$ 57.659 mil no 1º semestre de 2014. As principais variações foram:

- ⇒ Receitas de Pedágio: aumento de 9,80% devido ao crescimento de tráfego e início da cobrança dos eixos suspensos.
- ⇒ Custos Operacionais: reduções do Ônus Variável, de Seguros e Garantias e Contratos com terceiros, 43,29%, 54,25% e 9,94% respectivamente.
- ⇒ A análise da Margem EBITDA mostra um aumento de 6.16 pontos percentuais principalmente pelo aumento das receitas operacionais e redução dos custos operacionais.



RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro do 1º semestre de 2014 comparado ao 1º semestre de 2013, está assim composto:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	1º Semestre 2014	1º Semestre 2013	Variação (em %)
Juros sobre Debêntures e Notas Promissórias	(91.006)	(54.000)	69%
Juros sobre Mútuo	(12.170)	(1.531)	695%
Outras Despesas Financeiras	(811)	(939)	-14%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(103.987)	(56.470)	84%
Receitas Financeiras	18.896,00	7.093,00	166%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(85.091)	(49.377)	72%

No 1º semestre de 2014, houve um acréscimo de 72% no Resultado Financeiro que passou de R\$ 49.377 mil no 1º semestre de 2013 para R\$ 85.091 mil no 1º semestre de 2014. As principais variações foram:

- ⇒ Juros sobre Mútuo: Alteração do critério de capitalização, passando para anual. Até 2013 não havia capitalização dos juros.
- ⇒ Juros: substituição das notas promissórias de curto prazo para as debêntures de longo prazo. No 1º semestre de 2013, a principal dívida da Concessionária era formada por 600 notas promissórias no montante de R\$ 600 milhões, com vencimento em Agosto de 2013. Já no 1º semestre de 2014, o endividamento da Concessionária é formado, principalmente, por debêntures com vencimento em 15 anos no montante de R\$ 1.065 milhões, emitidas em Junho de 2013.
- ⇒ Receitas Financeiras: principalmente pelo maior caixa excedente com a emissão de Debêntures.

DEBÊNTURES

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM em conformidade com a Instrução CVM 400, e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Foram também realizados simultaneamente esforços de colocação das debêntures: (1) nos Estados Unidos da América em operações isentas de registro nos termos da U.S. Securities Act of 1933 para compradores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos (“SEC”); e (2) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídas de acordo com as leis daquele país, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na Regulation S, editada pela SEC no âmbito do Securities Act.

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de notas promissórias comerciais, no montante de R\$610.210, em 05 de julho de 2013, e o restante permanecerá investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures e o financiamento de obras previstas no Contrato de Concessão.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures serão remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros anuais de 8% e terão prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros serão pagos semestralmente. O primeiro pagamento ocorreu em 15 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 43.653 mil e o segundo em 15 de junho de 2014, no montante de R\$ 43.365 mil.

PRINCIPAIS OBRAS E INVESTIMENTOS



Contorno de Piracicaba

Com início em abril de 2011, o Contorno de Piracicaba irá inserir o município em uma nova e importante realidade, já que é uma mudança esperada há mais de 20 anos pela população. Com 9 quilômetros de extensão a obra melhorará significativamente o tráfego na região, já que parte dos caminhões terá outra opção de trajeto, por fora do município. A mudança facilitará também o escoamento de produções e aumentará a fluidez dos veículos da cidade.

O valor investido na obra será de R\$ 78 milhões e interligará a SP-308 (Rodovia do Açúcar – Salto a Piracicaba) com a SP-304 (Rodovia Luiz de Queiroz - Piracicaba a Americana) e SP-127 (Rodovia Cornélio Pires – Piracicaba a Rio Claro), passando pela SP-147 (Rodovia Deputado Laércio Cortes – Piracicaba a Limeira). A previsão de término da obra é em dezembro de 2014 e prevê-se um de fluxo de 12 mil veículos/dia.



Duplicação da SP-101

A primeira etapa de ampliação da rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença (SP 101) – que liga Campinas a Capivari – foi concluída e entregue em maio de 2013 com 3,24 quilômetros de vias duplicadas (km 11+400 ao 14+640), dispositivo de acesso e retorno no km 13+500, duas passarelas e quatro pontos de ônibus, com investimento total de R\$ 11,6 milhões.

A segunda fase da duplicação da SP-101, entre os km 14+640 e km 25+700, está em andamento desde setembro de 2013. Com investimento de R\$ 49 milhões, a obra é de alta complexidade, pois é realizada em trecho densamente urbanizado. Estão em construção duas pontes – uma sobre o rio Capivari e outra sobre o Córrego Aterrado –, cinco passarelas e três já entregues, dez pontos de ônibus e quatro novos dispositivos de acesso e retorno. A previsão de término da obra é em novembro de 2014.

PRINCIPAIS OBRAS E INVESTIMENTOS



Duplicação da SP-308

A duplicação da Rodovia Comendador Mário Dedini (SP 308), que liga Salto a Piracicaba ocorrerá em 2 etapas. A primeira com início em 2012 e término previsto para dezembro de 2014 compreende o trecho entre Piracicaba e Capivari, são 25,8 quilômetros em duplicação, além da construção de seis dispositivos de acesso e retorno, com orçamento de R\$ 78 milhões. O segundo trecho terá início em 2015 e término previsto para 2017.



Demais Obras em Andamento em 2014

- ⇒ Implantação de Passarelas na SP 101: investimento de R\$ 2,4 milhões
- ⇒ Melhoria em Dispositivos na SP 300: investimento de R\$ 7 milhões

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Responsabilidade Social - Valorização da Vida

A concessionária deu continuidade no 1º semestre de 2014 nas campanhas iniciadas no ano de 2013 Abrace a Vida - motociclista, Abrace a Vida - pedestre e Abrace o Trânsito - escola.

Como parte do Programa de Redução de Acidentes, as ações visam à redução do número de acidentes com motociclistas e pedestres e a orientação de crianças sobre segurança no trânsito. No ano de 2013, houve redução de 22,3% das vítimas fatais no trecho sob a concessão da empresa.

As campanhas têm parceria da Associação Brasileira de Distribuidores Honda (AssoHonda), material didático, spots nas rádios CBN Campinas e Onda Livre de Piracicaba, cartazes e folhetos afixados e distribuídos em parceria com a Empresa Metropolitana de Transporte Urbano (EMTU), 48 faixas instaladas ao longo das rodovias, eventos com checkup mecânico básico em motos e palestras ministradas em empresas.

O Abrace o Trânsito/Escola foi criado para conscientizar as crianças sobre os riscos do trânsito, pois além de usuárias são excelentes multiplicadoras do conhecimento. As primeiras edições foram realizadas com alunos de 9 a 12 anos da rede municipal de Salto e foram estendidas para o município de Elias Fausto. O Abrace o trânsito promove uma manhã lúdica com apresentação de vídeos do Denatran, palestras orientativas e visita ao Centro de Controle Operacional da Concessionária.

Meio Ambiente

Durante o 1º semestre de 2014, a Concessionária realizou o plantio de 12 mil mudas nativas em áreas próximas à cidade de Monte Mor e à rodovia Comendador Mário Dedini (SP 308). Estas iniciativas fazem parte do programa de Recuperação Ambiental que define a compensação verde às obras de duplicação das rodovias, de implantação de dispositivos de acesso e retorno e recuperação de acostamento.

Em maio de 2014 houve continuidade da ação de doação e plantio de mudas de árvores. O município de Hortolândia foi beneficiado com a doação de 1.246 mudas de árvores de 12 diferentes espécies.

Além do plantio e preservação de mudas e vegetação, a empresa mantém as rodovias limpas. No 1º semestre de 2014 foram retiradas 124,5 toneladas de lixo comum, além de 117 toneladas de lixo para reciclagem e 36,3 toneladas de pneus e materiais de acidentes que também são destinados para a reciclagem.



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	30/06/2014	31/12/2013
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	16.848	2.673
Aplicações Financeiras vinculadas	67.915	93.262
Contas a receber	14.311	16.759
Despesas antecipadas	1.929	2.018
Tributos a recuperar	11.082	5.454
Outros ativos	1.996	1.253
	114.081	121.419
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas	209.436	254.838
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.251	27.018
Despesas antecipadas	179	239
Imobilizado	9.628	9.030
Intangível	994.155	932.918
	1.250.649	1.224.043
Total do ativo	1.364.730	1.345.462

PASSIVO	30/06/2014	31/12/2013
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços	33.684	22.564
Empréstimo	-	37.797
Debêntures	3.123	3.336
Credor pela concessão	232	257
Obrigações tributárias	2.169	2.242
Obrigações trabalhistas	3.645	3.737
Provisões	971	829
Outros passivos	1.843	228
	45.667	70.990
Não circulante		
Provisões	36.728	36.314
Debêntures	1.073.856	1.027.049
Mútuos a pagar a partes relacionadas	57.362	45.191
Outros passivos	2.583	2.698
	1.170.529	1.111.252
Total do passivo	1.216.196	1.182.242
Patrimônio líquido		
Capital social	236.078	223.578
Prejuízos acumulados	-87.544	-60.358
Total do patrimônio líquido	148.534	163.220
Total do passivo e patrimônio líquido	1.364.730	1.345.462



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ mil)	30/06/2014	30/06/2013
Receita operacional líquida	158.920	159.115
Custos dos serviços prestados	-105.260	-119.838
Lucro bruto	53.660	39.277
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas	-5.994	-9.294
Outras receitas operacionais, líquidas	6	74
	-5.988	-9.220
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	47.672	30.057
Despesas financeiras	-103.987	-56.470
Receitas financeiras	18.896	7.093
	-85.091	-49.377
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	-37.419	-19.320
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.233	6.397
Prejuízo do período	-27.186	-12.923
Prejuízo básico e diluído por ação – em R\$	-0,001216	-0,000578



FLUXO DE CAIXA

FLUXO DE CAIXA (EM R\$ MIL)	30/06/2014	30/06/2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	-27.186	-12.923
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-10.233	-6.397
Depreciação e amortização	9.573	8.614
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias	142	307
Juros e variações monetárias	91.006	33.214
Perda (ganho) em operação com derivativo	-	20.786
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	29	224
Rendimento de aplicação financeira	-18.861	-
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	12.170	1.531
Provisão para manutenção em rodovias	414	8.549
	<u>57.054</u>	<u>53.905</u>
Variação nas contas de ativo:		
Contas a receber	2.448	3.092
Despesas antecipadas	150	858
Tributos a recuperar	-5.628	-1.438
Outros ativos	-743	-542
Variação nas contas de passivo:		
Fornecedores e prestadores de serviços	11.120	9.407
Credor pela concessão – ônus variável	-25	-130
Obrigações tributárias	-73	-844
Obrigações trabalhistas	-92	-130
Outros passivos	1.500	-179
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>65.711</u>	<u>63.999</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira	-1.740	-
Resgate de aplicações financeiras	91.350	-
Investimentos no ativo imobilizado	-1.434	-91
Provisão para investimentos em rodovias – pagamentos	-	-45
Investimentos no ativo intangível	-70.005	-76.211
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	<u>18.171</u>	<u>-76.347</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	12.500	-
Pagamento de empréstimo (principal)	-37.797	-
Pagamento de juros sobre notas promissórias, financiamentos e debêntures	-44.410	-30.610
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>-69.707</u>	<u>-30.610</u>
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	14.175	-42.958
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.673	47.951
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>16.848</u>	<u>4.993</u>



RELACIONAMENTO COM O AUDITOR

No período de seis meses findo em 30/06/2014, a Concessionária não contratou a Ernst Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para a realização de outros trabalhos adicionais em adição à auditoria das demonstrações contábeis e revisão especial das informações trimestrais (ITR's) relativas à 31 de março e 30 de junho daquele mesmo exercício.

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, Estado de São Paulo, foi constituída em 19 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”).

A Companhia tem como objeto a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, Lote 21 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Governo do Estado de São Paulo, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, encerrando-se em 2039, compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

O Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo foi instituído em março de 1998, em decorrência do Programa Estadual de Desestatização instituído pela Lei Estadual nº. 9.361, de 1996. O regime escolhido foi o de concessão por prazo certo, durante o qual as concessionárias se responsabilizam, por sua conta e risco, pela totalidade dos investimentos e recursos necessários ao cumprimento dos contratos, remunerados pela cobrança de pedágios e por outras receitas acessórias, a exemplo da exploração de publicidade.

O ônus fixo, estabelecido no Contrato de Concessão Rodoviária, pago à ARTESP, foi pago integralmente dentro dos prazos estipulados pela ARTESP. A Companhia reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível, como “direito da outorga de concessão”. Adicionalmente, a Companhia possui a obrigação de pagamento mensal do ônus variável, correspondente a 3% da receita bruta de arrecadação de pedágio e de receita acessórias. Conforme mencionado na nota Nº . 24, o percentual aplicável sobre a receita bruta referente ao ônus variável, foi revisto em julho de 2013 passando a ser de 1,5%. Os recursos necessários para pagamento do direito de outorga da concessão foram obtidos por meio de financiamentos bancários.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

O Corredor Marechal Rondon Leste tem como eixo principal a rodovia SP-300, totalizando 415 km, que é uma importante rodovia radial de atendimento da região oeste do Estado de São Paulo. A rodovia SP-300 tem diretriz noroeste, passando pelas regiões de Botucatu, Bauru e Araçatuba. A Companhia administra também a SP-308 que liga Piracicaba à Salto, SP-101 entre Tietê e Campinas, SP-113 entre Tietê e Rafard e SP-209 que liga a Rodovia Marechal Rondon à Rodovia Castello Branco em Botucatu.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob-responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-113, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e,
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob-responsabilidade da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 30 de junho de 2014, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$ 1.071 milhões (R\$ 2.208 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Os valores dos investimentos poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias e práticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação

As informações contábeis intermediárias da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às informações contábeis intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Consequentemente, as presentes informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

A autorização para a conclusão destas informações contábeis intermediárias ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de agosto de 2014.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias e práticas contábeis--Continuação

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de março de 2014.

Normas, alterações e interpretações de normas

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, não foram emitidas normas, alterações e interpretações de normas, que impactassem essas informações contábeis intermediárias, além daquelas divulgadas na Nota 2.13 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, bem como não ocorreram alterações em relação aos impactos esperados e divulgados nas referidas demonstrações financeiras que possam afetar as informações contábeis intermediárias do referido período.

As alterações dos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 30 de junho de 2014 envolvendo IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos e IAS 39 – Instrumentos Financeiros, não geraram impactos relevantes nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Adicionalmente o pronunciamento contábil IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, emitido recentemente e aplicável em períodos futuros, ainda não entrou em vigor e não foi adotado antecipadamente. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados pela Companhia até a data de entrada em vigor da norma.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

2 Apresentação das informações contábeis intermediárias e práticas contábeis--Continuação

2.2 Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

Medida provisória 627/13 convertida em Lei

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo que a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pagado os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu pela não opção antecipada de seus efeitos, que deverá ser manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês a ser determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e premissas consideradas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Disponibilidades	3.611	1.170
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (i)	<u>13.237</u>	<u>1.503</u>
	<u>16.848</u>	<u>2.673</u>

(i) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

5. Aplicações financeiras vinculadas

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante	67.915	93.262
Não circulante	<u>209.436</u>	<u>254.838</u>
	<u>277.351</u>	<u>348.100</u>

A Companhia mantém aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 12). Estas aplicações são remuneradas a 103% do CDI.

6. Contas a receber

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pedágio eletrônico a receber	9.181	11.338
Cartões de pedágio a receber	1.069	541
Receitas acessórias	2.277	4.447
Valores em trânsito	1.784	433
	<u>14.311</u>	<u>16.759</u>

A administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com esses recebíveis em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013. Os valores a receber vencem em até 45 dias e não há créditos em atraso.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

7. Imposto de renda e contribuição social**a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	50.587	31.553
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	571	571
Provisão para participação nos lucros	336	655
Outras provisões	-	148
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis (i):		
Provisão para manutenção de rodovias	10.894	10.753
Provisão para investimentos em rodovias	1.354	1.305
Diferenças sobre imobilizado e intangível, líquida	1.159	3.332
	<u>64.901</u>	<u>48.317</u>
Passivo:		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (i):		
Amortização – curva de tráfego (ii)	<u>(27.650)</u>	<u>(21.299)</u>
	<u>(27.650)</u>	<u>(21.299)</u>
Líquido	<u>37.251</u>	<u>27.018</u>

- (i) Refere-se ao efeito tributário sobre as diferenças temporárias apuradas em decorrência dos ajustes trazidos pela adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (ii) Refere-se aos tributos diferidos sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Em 30 de junho de 2014, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$ 148.787 (R\$ 92.803 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia contabilizou os créditos tributários sobre saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base em estudo técnico, aprovado pelo Conselho de Administração, que evidencia a geração de lucros tributáveis futuros. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação**a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação**

Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos fiscais diferidos registrados em 30 de junho de 2014 nos seguintes exercícios sociais:

	<u>30/06/2014</u>
2017	5.093
2018	4.882
2019	6.007
2020	15.849
2021	16.486
2022	16.584
	<u>64.901</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do período de seis meses findo em 30 de junho de 2014. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes às previsões.

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados em decorrência da solução final das respectivas demandas judiciais e outros eventos, cuja perspectiva de realização é de longo prazo.

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado do período

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(37.419)	(19.320)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	12.722	6.569
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes	(2.489)	(172)
Imposto de renda e contribuição social diferido no resultado	<u>10.233</u>	<u>6.397</u>
Taxa efetiva	27%	33%

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

8. Imobilizadoa) Composição

	Taxa anual de depreciação %	30/06/2014			31/12/2013
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	687	(200)	487	515
Equipamentos de informática	20	3.256	(2.025)	1.231	1.672
Equipamentos de telefonia	20	197	(111)	86	105
Terrenos	-	84	-	84	84
Edifícios	3,8	6.380	(384)	5.996	6.109
Outros	10 a 20	2.320	(576)	1.744	545
		12.924	(3.296)	9.628	9.030

Refere-se a bens não vinculados ao contrato de concessão, de propriedade, portanto, da Companhia.

O saldo de edifícios refere-se ao centro de controle operacional e sede da Companhia na cidade de Salto/SP.

b) Movimentação

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2014			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Custo				
Móveis e utensílios	681	32	(26)	687
Equipamentos de informática	3.246	12	(2)	3.256
Equipamentos de telefonia	197	-	-	197
Terrenos	84	-	-	84
Edifícios	6.366	23	(9)	6.380
Outros	953	1.367	-	2.320
	11.527	1.434	(37)	12.924
Depreciação				
Móveis e utensílios	(166)	(39)	5	(200)
Equipamentos de informática	(1.574)	(451)	-	(2.025)
Equipamentos de telefonia	(92)	(19)	-	(111)
Edifícios	(257)	(127)	-	(384)
Outros	(408)	(168)	-	(576)
	(2.497)	(804)	5	(3.296)
Líquido	9.030	630	(32)	9.628

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

8. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação--Continuação

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2013			
	Saldo inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Custo				
Móveis e utensílios	709	-	(26)	683
Equipamentos de informática	2.325	91	-	2.416
Equipamentos de telefonia	197	-	-	197
Edifícios	84	-	-	84
Imobilizações em andamento	6.175	-	(9)	6.166
Adiantamentos a fornecedores	203	-	-	203
Outros	929	-	(7)	922
	10.622	91	(42)	10.671
Depreciação				
Móveis e utensílios	(99)	(26)	-	(125)
Equipamentos de informática	(1.094)	(237)	-	(1.331)
Equipamentos de telefonia	(52)	(20)	-	(72)
Edifícios	-	(123)	-	(123)
Outros	(235)	(96)	5	(326)
	(1.480)	(502)	5	(1.977)
Líquido	9.142	(411)	(37)	8.694

9. Intangível

a) Composição

		30/06/2014			31/12/2013
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de outorga da concessão	(i)	542.244	(46.416)	495.828	501.479
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(ii)	138.150	(9.877)	128.273	127.418
Serviços de construção - obras concluídas	(iii)	197.305	(7.756)	189.549	186.371
Serviços de construção - em andamento	(iii)	173.606		173.606	112.127
Outros	(iv)	6.032	(573)	5.459	5.005
Direito de uso de software		2.209	(769)	1.440	518
		1.059.546	(65.391)	994.155	932.918

- (i) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente e acrescido da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. Substancialmente as praças de pedágio entraram em operação em novembro de 2009.
- (ii) Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente com o objetivo de atender um nível específico de operacionalidade, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. A Companhia reconheceu esse ativo intangível, na data de adoção da ICPC 01 (IFRIC 12), em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 11.b).
- (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (iv) Refere-se aos investimentos programados, até o final da concessão, que não geram receitas adicionais. A Companhia reconheceu esses investimentos, a valor presente, acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio, em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 11.b).

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

9. Intangível--Continuação

b) Custo de empréstimos e financiamentos capitalizados

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, a Companhia capitalizou custos de empréstimo diretamente relacionados com a construção das obras em infraestrutura no montante de R\$1.281 (R\$1.760 em 30 de junho de 2013). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo elegíveis de capitalização, em 30 de junho de 2014, foi de 1,88% a.m., que representa a taxa efetiva de juros das debêntures no período, liquida da receita financeira auferida pelo investimento temporário desses recursos.

10. Partes relacionadas

a) Remuneração da administração

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Remuneração fixa (1)	507	531
Remuneração variável (2)	450	311
	<u>957</u>	<u>842</u>

(1) Incluem salários e honorários da administração, férias, 13º salário e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

(2) Referem-se à participação nos resultados.

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na nota explicativa nº 17.

b) Mútuos a pagar

	<u>Mútuos a pagar</u>		<u>Despesas financeiras</u>	
	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Cibe Investimentos e Participações S.A.	28.681	22.595	6.085	766
Ascendi International Holding B.V.	28.681	22.596	6.085	765
	<u>57.362</u>	<u>45.191</u>	<u>12.170</u>	<u>1.531</u>

Os contratos de mútuos foram originalmente celebrados em 09 de agosto de 2010, conforme previsto no Contrato de Suporte de Acionistas, celebrado entre a Companhia, os acionistas e os credores.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

b) Mútuos a pagar--Continuação

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores, e são remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), acrescida de 0,5% ao mês.

11. Provisões

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Provisão para demandas judiciais	1.678	1.678
Provisão para investimentos em rodovias	3.981	3.839
Provisão para manutenção em rodovias	<u>32.040</u>	<u>31.626</u>
	<u>37.699</u>	37.143
Circulante	<u>(971)</u>	<u>(829)</u>
Não circulante	<u>36.728</u>	<u>36.314</u>

a) Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas advindos do curso normal de suas operações e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

A Administração constitui provisão para perdas, considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

A movimentação da provisão para demandas judiciais nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013 foi como segue:

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2014	
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Saldo final</u>
Trabalhistas	274	274
Cíveis	1.404	1.404
	<u>1.678</u>	<u>1.678</u>

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuação

a) Provisão para demandas judiciais--Continuação

As contingências trabalhistas referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

As contingências cíveis referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias que a Companhia opera.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2014, a Companhia possui o equivalente a R\$1.168 de causas trabalhistas e R\$ 8.765 de causas cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a administração não registrou esse montante nas informações contábeis intermediárias.

A Companhia é autora em processos de desapropriações, nos quais estão sendo discutidos se haverá valores adicionais a serem pagos a título de indenização aos antigos proprietários, cuja posse da propriedade será transmitida ao poder público.

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais, conforme comentado na nota explicativa nº 9. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013 foi como segue:

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2014		
	Saldo inicial	Atualização monetária	Saldo final
Provisão para investimentos	3.839	142	3.981
	3.839	142	3.981

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuação**b) Provisão para investimentos em rodovias--Continuação**

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para investimentos em rodovias é calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflita a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

A Companhia revisa anualmente a estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente. A remensuração na provisão foi contabilizada em contrapartida do ativo intangível, conforme previsto pela OCPC 05.

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2014	971	829
2016	3.010	3.010
	3.981	3.839

c) Provisão para manutenção em rodovias

É constituída com base na melhor estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do resultado do período. O passivo, a valor presente, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, conforme movimentação abaixo:

	<u>Período de seis meses</u> <u>findo em 30 de junho de 2014</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adição</u>	<u>Saldo final</u>
Provisão para manutenção	46.758	541	47.299
Ajuste a valor presente (AVP)	(15.132)	(127)	(15.259)
Saldo	31.626	414	32.040

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuação

c) Provisão para manutenção em rodovias--Continuação

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada 5 anos), sinalização de rodovias (a cada 8 anos) e sistemas de controles (a cada 10 anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2017	10.527	14.182
2018	9.705	8.935
2019	7.341	4.612
2020	1.744	1.431
2021	2.723	2.466
	32.040	31.626

12. Debêntures

Emissão de Debêntures não conversíveis

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

12. Debêntures--Continuação

Emissão de Debêntures não conversíveis--Continuação

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de notas promissórias comerciais, no montante de R\$610.210, em 05 de julho de 2013, e o restante permanecerá investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures e o financiamento de obras previstas no Contrato de Concessão.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros anuais de 8% e terão prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros serão pagos semestralmente.

As debêntures possuem certas cláusulas restritivas, sendo as principais:

- (a) Pagamento pela Companhia de dividendos, juros sobre capital próprio (incluindo juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento do dividendo mínimo) ou qualquer outra participação nos resultados, ou realização de qualquer forma de distribuição ou transferência de recursos a seus acionistas;
- (b) Concessão de mútuo, empréstimo, adiantamento ou qualquer outra modalidade de crédito, por qualquer meio, exceto adiantamentos a fornecedores no curso normal dos negócios;
- (c) Redução do capital social da Companhia ou resgate de ações da Companhia, exceto se previamente aprovado: (i) pelo Poder Concedente; e (ii) por debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim, em primeira convocação, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação;

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

12. Debêntures--Continuação

- (d) Transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão, sem a prévia anuência da totalidade dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim, em primeira convocação, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, a totalidade das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação;
- (e) Vencimento antecipado ou inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira (neste último caso após transcorrido os prazos de cura previstos no respectivo contrato, se algum) a que estejam sujeitas a Companhia, assim entendidas as dívidas contraídas pela Companhia por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, e que não sejam decorrentes da Escritura de Emissão, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000 (ou seu equivalente em outras moedas);
- (f) Alteração, alienação ou transferência do controle acionário da Companhia (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), de forma direta ou indireta, exceto se (i) houver anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para este fim com relação à referida alienação, em primeira convocação, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação; ou (ii) a Atlantia S.p.A. e a Ascendi Group SGPS, S.A. permanecerem como as sociedades controladoras finais, nas mesmas proporções detidas no capital social da Companhia na data de assinatura da Escritura de Emissão ou em proporções distintas, desde que referida diferença resulte exclusivamente da diluição de uma das controladoras finais pela outra em virtude da subscrição e integralização, direta ou indireta, de novas ações de emissão da Companhia;
- (g) Cisão, fusão ou incorporação da Companhia, incluindo incorporação de ações, ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo diretamente a Companhia sem a anuência prévia e expressa de Debenturistas representando 75% das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, em primeira convocação, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação, ressalvado o disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

12. Debêntures--Continuação

- (h) Contratação pela Companhia de empréstimos, financiamentos, adiantamentos de recursos ou qualquer outra forma de operação de crédito não existentes na data de emissão das debêntures, que não possam ser classificados como um empréstimo para capital de giro ou um empréstimo subordinado ou pagamento pela Companhia de empréstimo subordinado ou empréstimo para capital de giro;
- (i) Celebração de qualquer contrato de parceria, associação ou *joint venture* envolvendo o Projeto de Investimento, que restrinja os direitos da Companhia em relação ao Projeto de Investimento e/ou às receitas dele decorrentes, incluindo, sem limitação, os Bens e Direitos Cedidos;
- (j) Constituição e/ou prestação pela Companhia, de quaisquer ônus, gravames, garantias reais, garantias e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de propriedade ou titularidade da Companhia, em benefício de qualquer terceiro, excetuando-se (i) onerações decorrentes de leis; (ii) onerações com a finalidade de atender exigências previstas no Contrato de Concessão; (iii) oneração constituídas em razão dos investimentos previstos no Contrato de Concessão; ou (iv) as garantias que serão prestadas no âmbito da emissão de debêntures, nos termos dos Contratos de Garantia;
- (k) Alienação total ou parcial de equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência prévia e expressa de 2/3 dos titulares das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim, em primeira convocação ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação, excetuando-se as alienações ou onerações, em valor individual ou agregado, cujos montantes sejam inferiores a 2% do ativo não circulante da Companhia, conforme as últimas demonstrações financeiras anuais ou intercalares disponíveis da Companhia, limite esse que deverá ser observado durante toda a vigência das debêntures;
- (l) Alteração dos direitos das ações de emissão da Companhia existentes na data de assinatura da Escritura de Emissão e/ou emissão de ações preferenciais, partes beneficiárias e/ou de qualquer outro título ou valor mobiliário que conceda preferência no reembolso do capital ou conceda direito de participação nos lucros da Companhia;

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

12. Debêntures--Continuação

- (m) Celebração de novos contratos ou realização de qualquer tipo de transação com partes relacionadas à Companhia, exceto quando o engenheiro independente verificar e neste sentido informar o agente fiduciário que referida celebração de contrato ou realização de transação está sendo contratada em condições iguais de concorrência de mercado; e
- (n) Não observância dos índices, a serem acompanhados semestralmente pelo agente fiduciário, com base nas informações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras, revisadas ou auditadas por auditor independente, e fornecidas ao Agente Fiduciário nos termos dos itens (i) e (ii) abaixo
- (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") igual ou superior a 1,15 (um inteiro e quinze centésimos) e calculado, a partir (e inclusive) do semestre encerrado em 30 de junho de 2015 até a data de vencimento;
- (ii) relação entre dívida financeira e capital total de até (a) 85/15 desde a data de liquidação das debêntures até 31 de dezembro de 2018, (b) 75/25 de 31 de dezembro de 2018 até a data de vencimento.

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Principal corrigido pelo IPCA	1.134.916	1.090.262
Remuneração (juros)	3.123	3.336
Custo com emissão	(61.060)	(63.213)
	<u>1.076.979</u>	<u>1.030.385</u>
Circulante	(3.123)	(3.336)
Não circulante	<u>1.073.856</u>	<u>1.027.049</u>

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

13. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2014 e 31 dezembro de 2013, o capital social está representado por 23.607.847.595 e 22.357.847.595 ações ordinárias, respectivamente, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações	
		30/06/2014	31/12/2013
Atlantia Bertin Participações S.A.	50,00%	11.803.923.797	11.178.923.797
Ascendi International Holding B.V.	50,00%	11.803.923.798	11.178.923.798
		23.607.847.595	22.357.847.595

Em 30 de junho de 2014 e 31 dezembro de 2013, o capital autorizado da Companhia era de R\$279.000.

Em 30 de junho de 2014, os acionistas aprovaram por meio de Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no montante de R\$12.500, dentro do limite de capital autorizado, mediante a emissão de 1.250.000.0000 (um bilhão e duzentos e cinquenta milhões) de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Dessa forma o capital social integralizado totalizava R\$236.078 em 30 de junho de 2014 (R\$223.578 em 31 de dezembro de 2013).

O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

a) Distribuição de lucros

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia assegura a seus acionistas o pagamento de dividendos em cada exercício social, no montante de, no mínimo, 25% do seu lucro líquido, após dedução de 5% para constituição de reserva legal. Contudo, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo obrigatório não será pago no exercício em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. Os dividendos assim retidos serão pagos quando a situação financeira permitir.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

13. Patrimônio líquido

a) Distribuição de lucros--Continuação

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

A distribuição dos dividendos da Companhia ocorrerá anualmente. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá declarar dividendos intermediários baseado em balanços semestrais ou em períodos menores, os quais, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderão exceder o montante das reservas de capital da Companhia. Os dividendos intermediários podem ser abatidos do valor do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos.

14. Receita operacional líquida

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Receita com arrecadação de pedágio	96.721	88.025
Receita de serviços de construção	68.429	77.074
Receitas acessórias	3.158	1.777
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	<u>(9.388)</u>	<u>(7.761)</u>
	<u>158.920</u>	<u>159.115</u>

As receitas de serviços de construção são calculadas com base nos custos dos serviços prestados, acrescida de uma margem, definida pela administração, com base em premissas devidamente fundamentadas. No caso da Companhia, esta margem é de 0% (zero por cento) devido ao modelo adotado de contratação das obras. Conseqüentemente, essas receitas variam de acordo com os investimentos efetuados pela Companhia para cumprir com os compromissos assumidos pela concessão.

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços – ISS (de 4,5% a 5%), Programa de integração social – PIS (0,65%) e Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS (3%).

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

15. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Com pessoal	(8.352)	(9.774)
Serviços de terceiros	(4.222)	(4.688)
Depreciação e amortização	(9.573)	(8.614)
Ônus variável da concessão	(1.526)	(2.691)
Manutenção e conservação	(13.930)	(11.455)
Custo dos serviços de construção	(68.429)	(77.074)
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 11.c)	(414)	(8.549)
Seguros e garantias	(1.870)	(4.087)
Honorários da administração (Nota 10.a)	(957)	(842)
Outros	(1.981)	(1.358)
	<u>(111.254)</u>	<u>(129.132)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(105.260)	(119.838)
Despesas gerais e administrativas	(5.994)	(9.294)
	<u>(111.254)</u>	<u>(129.132)</u>

16. Resultado financeiro

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias	(91.006)	(33.214)
Perda com operação de derivativo	-	(20.786)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 10.b)	(12.170)	(1.531)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias	(142)	(307)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(375)	
Outras despesas financeiras	(294)	(632)
	<u>(103.987)</u>	<u>(56.470)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	18.861	975
Ganho com operação de derivativo	-	5.860
Outros	35	258
	<u>18.896</u>	<u>7.093</u>
Resultado financeiro	<u>(85.091)</u>	<u>(49.377)</u>

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

17. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Salários e encargos sociais	7.583	8.824
Benefícios previstos em lei	705	697
Benefícios adicionais	<u>1.021</u>	<u>1.095</u>
	<u>9.309</u>	<u>10.616</u>

Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia tem como prática conceder a seus empregados e administradores benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos colaboradores e administradores de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados no resultado do período, quando incorridos. A Companhia não concede benefícios pós-emprego a seus empregados e administradores.

Plano de participação nos resultados

A Companhia possui plano complementar de remuneração variável, aprovado pelo Conselho de Administração, para empregados e administradores que considera o atendimento de metas pré-estabelecidas para o ano, conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

18. Resultado por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido ou prejuízo do período pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido ou prejuízo pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais diluídas ou dívidas conversíveis em ações ordinárias. Portanto, o resultado básico e diluído por ação são equivalentes.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013 (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Numerador:		
Prejuízo do período	(27.186)	(12.923)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	22.364.792.039	22.357.800.000
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,001216)</u>	<u>(0,000578)</u>

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se do risco cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira.

A alta administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, debêntures e mútuos a pagar a partes relacionadas.

- Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 30 de junho de 2014, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no resultado da Companhia antes da tributação (que é afetado substancialmente pelo impacto da variação da taxa média do CDI sobre as aplicações financeiras e mútuos a pagar a partes relacionadas e IPCA sobre debêntures).

A administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I – Provável:

- ✓ CDI – taxa de 10,90% ao ano, observada no fechamento de 30 de junho de 2014, divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), que no entender da administração seriam estáveis no próximo ano.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a. Risco de mercado--Continuação

• Risco de taxa de juros--Continuação

- ✓ IPCA – variação de 6,52% nos próximos 12 meses, observada no fechamento de 30 de junho de 2014, divulgada pela BM&FBovespa.

Passivo financeiro	Risco	Cenário I estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	6.252	7.816	9.379
Debêntures	Aumento do IPCA	152.393	168.951	185.510

Passivo financeiro	Risco	Cenário I estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	4.127	5.158	6.190
Debêntures	Aumento do IPCA	100.579	111.508	122.436

Ativo financeiro	Risco	Cenário I estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	30.231	22.673	15.116

Ativo financeiro	Risco	Cenário I estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	19.953	14.964	9.976

- (1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer / auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor

b. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b. Risco de crédito--Continuação

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é o valor registrado na rubrica contas a receber, no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é o valor registrado na rubrica caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas, no balanço patrimonial.

Segue abaixo a composição de caixa e equivalentes de caixa por instituição financeira e aplicações financeiras vinculadas:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Banco Bradesco	74	126
Banco do Brasil	-	29
Banco Itaú	16.652	2.364
Banco BTG Pactual	277.351	348.100
Fundo fixo de caixa	122	153
Total	<u>294.199</u>	<u>350.773</u>
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	277.351	348.100
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	16.848	2.673
Total	<u>294.199</u>	<u>350.773</u>

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação**c. Risco de liquidez**

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de junho de 2014 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	<u>Menos de 3 Meses</u>	<u>De 04 a 12 meses</u>	<u>Mais de 12 meses</u>	<u>Total</u>
Fornecedores e prestadores de serviços	33.684	-	-	33.684
Debêntures (nota 12)	-	3.123	1.073.856	1.076.979
Credor pela concessão	232	-	-	232
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	-	-	57.362	57.362
Total	<u>33.916</u>	<u>3.123</u>	<u>1.131.218</u>	<u>1.168.257</u>

Conforme mencionado na Nota 12, em 05 de julho de 2013, a Companhia concluiu, com sucesso, a emissão de debêntures, que proporcionou alongamento da dívida.

d. Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida os mútuos a pagar a partes relacionadas, empréstimos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Empréstimos	-	37.797
Mútuos a pagar a partes relacionadas	57.362	45.191
Debêntures	1.076.979	1.030.385
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(16.848)	(2.673)
Aplicação financeira vinculada	(277.351)	(348.100)
Dívida líquida	<u>840.142</u>	<u>762.600</u>
Patrimônio líquido	<u>148.534</u>	<u>163.220</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>988.676</u>	<u>924.820</u>

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

20. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas informações contábeis intermediárias.

	30/06/2014	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	16.848	294.199
Aplicações Financeiras vinculadas (Nota 5)	277.351	277.351
Contas a receber (Nota 6)	14.311	14.311
Passivos financeiros		
Fornecedores e prestadores de serviços	33.684	33.684
Debêntures	1.076.979	1.139.039
Credor pela concessão	232	232
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	57.362	57.362
	31/12/2013	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	2.673	2.673
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	348.100	348.100
Contas a receber (Nota 6)	16.759	16.759
Passivos financeiros		
Fornecedores e prestadores de serviços	22.564	22.564
Debentures	1.091.479	1.155.156
Empréstimos	37.797	37.797
Credor pela concessão	257	257
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	45.191	45.191

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, fornecedores e prestadores de serviços e credor pela concessão se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos mútuos a pagar a partes relacionadas se aproxima de seu respectivo valor contábil, uma vez que são remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 0,5% ao mês e não possuem data de vencimento.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

20. Valor justo dos ativos e passivos financeiros--Continuação

- O valor justo das debêntures era obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Ativos e passivos avaliados a valor justo

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possui ativos avaliados a valor justo.

21. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	1.377.600
	Responsabilidade civil	26.671
	Riscos de engenharia	188.706
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	74.827
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	137.897

* Vigente a partir do dia 01 de julho de 2014.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

22. Informações complementares dos fluxos de caixa

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	1.281	1.760

A Companhia classifica os juros pagos como fluxo de caixa da atividade de financiamento.

23. Eventos subsequentes

Reajuste das tarifas de pedágio

Foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 28 de junho de 2014, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autorizou o reajuste das tarifas nas praças de pedágio da Rodovias do Tietê, a partir de 01 de julho de 2014, no percentual de 5,44%, representando uma diferença de 0,93 pontos percentuais frente ao IPCA do período de 6,37%. Referida deliberação difere dos termos previstos originariamente no Contrato de Concessão.

O Conselho Diretor deliberou, ainda, sobre a manutenção do pagamento de 1,5% de ônus variável sobre as receitas.

Até a data de aprovação dessas informações contábeis intermediárias, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo – TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Salto - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 30 de junho de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 07 de agosto de 2014

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP015199/O-6

José Antonio de A. Navarrete

Contador CRC 1SP198698/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de três meses findo em 30 de Junho de 2014.

Salto, 07 de agosto de 2014.

Sebastião Ricardo C. Martins

Diretor-Presidente

Ricardo Jorge Dias de Oliveira

Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., relativamente às informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de três meses findo em 30 de junho de 2014, e

Salto, 07 de agosto de 2014.

Sebastião Ricardo C. Martins

Diretor-Presidente

Ricardo Jorge Dias de Oliveira

Diretor Administrativo Financeiro